

3 Novo paradigma com Lacan

3.1 Lógica fálica e dialética edipiana

Depois de apresentar e examinar a teoria que Freud construiu sobre a perversão, passo a elucidar as contribuições de Lacan para o tema. Mais do que reler a obra freudiana, ressaltando os aspectos mais fundamentais de seu pensamento, Lacan formulou uma nova teoria balizada por uma prática clínica inovadora.

Quanto à perversão, foi concebida como uma estrutura, diferenciada da psicose e da neurose a partir de seus respectivos mecanismos psíquicos fundadores: recusa, forclusão e recalque. Apesar de discordar do modelo estruturalista, já que na metapsicologia freudiana tanto a recusa como o recalque são operadores psíquicos constituintes da perversão, tomei a produção lacaniana como um dos eixos centrais deste estudo.

Lacan deu um novo fôlego à pesquisa sobre o tema, tendo introduzido novas dialéticas como a edipiana e novos conceitos, dos quais destaco os seguintes significantes: falo, pai simbólico, grande Outro, e gozo.

Iniciarei a apresentação de sua teoria com a retomada da revisão realizada sobre o complexo de Édipo em Freud, que então ganhou uma nova roupagem.

Lacan (1956-57) localizou o surgimento das perversões no “período pré-edipiano”¹ (*Ibid.*, p. 197), no qual a mãe é objeto de amor tanto do menino como da menina. Constitui-se neste período um plano imaginário composto por uma relação em que a criança atesta à mãe a possibilidade, que se sabe irreal, de satisfazê-la inteiramente em relação a tudo que lhe falta. Sobre esse desejo impossível de ambas as partes, Lacan fez o seguinte comentário:

“(…) para satisfazer o que não pode ser satisfeito, a saber, esse desejo da mãe que, em seu fundamento, é insaciável, a criança, por qualquer caminho que siga, engaja-se na via de se fazer a si mesma de objeto enganador (...). É um desejo de

¹ Apesar de neste seminário (IV), *Relações de objeto*, Lacan ter nomeado esta fase de pré-edipiana, em outros trabalhos ele a conceitou como a primeira fase do Édipo, em que a criança é o falo da mãe.

segundo grau que se trata de satisfazer, e como este é um desejo que não pode ser satisfeito, só se pode enganá-lo” (Lacan, 1995[1956-57], p.198).

Forma-se, desse modo, uma tríade imaginária mãe-falo-criança. Neste momento, inaugura-se um jogo, uma espécie de passa-anel, do qual o *falo* é o significante fundamental. Nesta brincadeira, ganha quem adivinha com quem está o objeto. Aqui neste ponto, Lacan ressaltou o sentido imaginário presente nesta brincadeira, razão que explica a impregnância deste registro na perversão.

“Trata-se de ver onde ele está e onde não está. Ele nunca está realmente ali onde está, e nunca está completamente ausente ali onde não está. Toda a classificação das perversões deve se fundar nesse ponto. Qualquer que seja o valor das contribuições sobre a identificação com o objeto etc., o essencial é a relação ao falo” (*Ibid.*, p.197).

Então, as perversões se constituem a partir da identificação imaginária com o falo. E nesse sentido, também há uma identificação com a mãe da infância, aquela que tinha um pênis chamado por Freud de “específico e muito especial”² (Freud, 1996[1927], p.155).

Como em toda dimensão de ordem imaginária, a relação entre o fetichista e o objeto é recíproca (Lacan, 1995[1956-57]). Ou seja, ele se identifica com o fetiche, símbolo do pênis da mãe, e nessa posição se vê como objeto a ser devorado pela mãe, enquanto por outro lado identifica-se com ela, ameaçando-a com um objeto destruidor (*Ibid.*). Dessa forma, torna-se difícil analisar em que posição o fetichista estaria em determinada situação, já que:

“O sujeito nunca está ali onde ele está pela simples razão de que saiu de seu lugar, passou, numa relação especular, da mãe ao falo e está, alternadamente, numa e noutra posição” (Greenacre apud Lacan, 1995[1956-57], p.86).

Essas duas posições se alternam rapidamente, como indicou Lacan, apoiado na idéia de Greenacre de que o fetichista se mostra como uma imagem em dois espelhos opostos. Assim, concluiu sobre o tema: “Este jogo perpétuo, esta profunda diplopia, marca toda a manifestação fetichista” (*Ibid.*, p.85).

Lacan se fundamentou na dinâmica que se estabelece entre o sujeito e o grande Outro primordial fálico para abordar a relação entre mãe e filho na infância. Dessa maneira, retomou em seus seminários o célebre caso Hans, a fim de ressaltar o efeito causado no menino pelas palavras da mãe, que diante de uma

² Cf. p.38.

pergunta sobre a diferença sexual, confirma seu atributo fálico, eliminando desse modo a castração.

O pequeno Hans, como todas as demais crianças, ignorava a diferença entre os sexos, acreditando na existência de um pênis materno, crença que foi reforçada por sua mãe, como mostra abaixo o diálogo entre eles:

“Noutra ocasião, ele estava olhando insistentemente sua mãe despida, antes de ir para a cama. Para que você está olhando para mim desse modo?, ela perguntou.

Hans: Eu só estava olhando para ver se você também tem um pipi.

Mãe: Claro. Você não sabia?

Hans: Não. Pensei que você era tão grande que tinha um pipi igual ao de um cavalo” (Freud, 1996[1909], p.19).

Curioso notar que a última fala de Hans é bem interessante na medida em que revela que ele não só julgava que a mãe possuía um pênis, como de que esse era enorme, como o dos cavalos. E nesse sentido, sua mãe respondeu a sua expectativa, de forma a confirmar sua imagem fálica. Essa posição, em que ela se colocou, levou à seguinte formulação de Lacan:

A mãe, observem, em relação ao Pequeno Hans, acha-se numa posição ambígua. É proibidora, desempenha o papel castrador³ que poderíamos ver atribuído ao pai real, diz-lhe: *Não mexa aí, isso é nojento* – o que não a impede, no plano prático de deixar o filho entrar em sua intimidade, e não apenas de lhe permitir que exerça a função de seu objeto imaginário, mas de encorajá-lo a isso. Ele, com efeito, presta-lhe os melhores serviços, encarna perfeitamente o falo para ela, e assim se vê mantido na posição de *assujeito*. Ele é assujeitado, e essa é toda a fonte de sua angústia e sua fobia (Lacan, 1999[1957-58], p.199).

Logo, como consequência da fala materna, Hans ficou inteiramente capturado no que Lacan chamou de “paraíso do engodo” (*Id.*, 1995[1956-57], p.232), preso na armadilha que ele próprio criara, angustiado “com a hiância que existe entre satisfazer uma imagem e ter algo de real para apresentar: apresentar *cash*, se posso dizer” (*Ibid.*, p.232).

Sem o pai para barrar o gozo da mãe, Hans era um mero objeto desse Outro todo-poderoso e devorador; situação que originou sua fobia (*Ibid.*). Lacan localizou o surgimento de toda fobia na avidez da mãe em relação aos cuidados com o filho, em comparação a Freud, que por sua vez tomou o cavalo, objeto de representação da fobia de Hans, como um substituto do pai.

³ Conforme descrevi no capítulo 2 da dissertação, mais precisamente na página 27.

“Mesmo que seja qualquer cavalo o objeto de sua fobia, é sempre de um cavalo que morde que se trata. O tema da devoração é sempre encontrável, por qualquer lado, na estrutura da fobia” (Lacan, 1995[1956-57], p.233).

Para o autor, a eficácia do tratamento clínico realizado por Freud, através do pai de Hans, deveu-se ao fato do psicanalista ter encarnado o pai e, portanto, ter se interposto na relação entre Hans e sua mãe, permitindo à criança, em primeiro lugar, confrontar-se com a falta do Outro, e subseqüentemente, com a castração. Assim, Lacan fez o seguinte comentário sobre o sucesso da terapêutica freudiana:

“Se a fobia alcança uma cura das mais satisfatórias (...) é na medida em que interveio o pai real, que havia intervindo tão pouco até então, e que aliás só pôde fazê-lo porque teve atrás de si o pai simbólico, que era Freud” (*Ibid.*, p.235).

No período pré-edipiano, a rivalidade que a criança estabelece com o pai é “quase que fraterna” (*Ibid.*, p.211). Pois, essa relação só vai ganhar uma conotação hostil, quando a criança perceber que se enganou quanto ao seu lugar na dinâmica do desejo da mãe. Instante em que “(...) a criança começa a pressentir insensivelmente alguma coisa que sempre esteve ali: a incidência do desejo da mãe em relação ao desejo do pai” (Dor, 1997[1991], p.48).

O pai então é percebido como intruso – pai imaginário – tido na fantasia como objeto fálico rival do gozo da mãe (*Ibid.*, p.48-49). O pai imaginário é aquele a que se refere toda dialética, seja a da agressividade, identificação, ou idealização (Lacan, 1995[1956-57]):

“É o pai assustador que conhecemos no fundo de tantas experiências neuróticas, e que não se tem de forma alguma, obrigatoriamente, relação com o pai real da criança” (*Ibid.*, p.225).

É ele que promove o encontro da criança com a lei da economia do desejo, fazendo-a concluir “que o desejo de cada um é sempre submetido à lei do desejo do outro” (Dor, 1997[1991], p.49).

Quando o plano da relação simbólica suplanta o da imaginária, o Outro é alguém que possui “o *falo*, o verdadeiro, o pênis real” e não mais um objeto imaginário (Lacan, 1995[1956-57], p.213).

Sendo assim, constitui-se um Outro – pai simbólico e agente da castração – quarto elemento da triangulação edipiana, introduzido pela fala da mãe que aponta à criança o equívoco de acreditar que a completava. É o pai simbólico

quem possui aquilo que falta a mãe e ao filho. Assim, este é “sempre capaz de mostrar que o sujeito não o tem [falo], ou o tem de forma insuficiente” (*Ibid.*, p.213).

“E é por isso que ninguém consegue dizer, finalmente, o que é realmente ser pai, a não ser que isso é algo, justamente, que já se encontra ali no jogo. É o jogo jogado com o pai, jogo de quem ganha, se assim posso dizer, que por si só permite à criança conquistar o caminho por onde nela será depositada a primeira inscrição da lei” (Lacan, 1995[1956-57], p.214).

Em suma, a função paterna reside na interdição do objeto de amor do filho. Dessa forma, o pai funda a primeira e mais importante Lei, a da proibição do incesto, que abarcará todas as demais.

A partir desse instante, traumático por excelência, em que o sujeito reconhece o significante da falta no Outro (mãe), a criança sai da posição de objeto. Assim, abandona o registro do *ser* [o falô] e substitui-o pelo do *ter*.

Portanto, nesse modelo da neurose, o reconhecimento da castração da mãe permite ao sujeito se confrontar com a falta no Outro, que remete à própria falta, produzindo o saber de que toda verdade é sempre ilusória, ou seja, é não-toda.

Diferentemente, na perversão, quando a criança recusa saber sobre a diferença sexual, ela se nega a admitir a falta. É por isso que vários autores, como Clavreul (1990[1967]), são taxativos em afirmar que o perverso não se submete à Lei paterna e ao seu saber da cadeia significante. Porém, esta afirmação pode ser refutada, afinal como Lacan (1998[1963]) nos ensinou, em Sade a mãe está proibida.

À figura simbólica do pai, o sujeito não tem acesso, pois ela só pode ser abordada “por uma construção mítica” (*Ibid.*, p.215 e 225). Aqui, Lacan se refere àquela apresentada no livro *Totem e Tabu* (1913), no qual Freud construiu um mito sobre a origem da religião, das instituições sociais, enfim da civilização moderna.

Observa-se que Freud foi buscar em civilizações primitivas, através da pesquisa de estudos sociológicos e antropológicos, resquícios de um tempo mítico anterior à constituição de um grupo social organizado. Nesta época, ele acreditava na tese de que a realidade psíquica é derivada de uma realidade que foi vivida num tempo remoto, daí a notória frase “no princípio foi ato” (Freud, 1996[1913], p.162).

Assim, Freud aludiu a existência de uma horda comandada por um chefe severo, protótipo do pai primevo. Ele expulsava os meninos do grupo à medida que se tornavam crescidos, evitando dessa forma que seu poder fosse ameaçado. Apenas as mulheres ficavam, já que não ofereciam perigo e porque delas poderia satisfazer-se.

Portanto, o patriarca era o único a gozar. Por esta razão, era odiado e ao mesmo tempo temido pelos filhos; faltava a eles coragem para enfrentá-lo, pois se não fosse vencido, sua vingança seria impiedosa.

Entretanto, um dia, os homens reuniram suas forças e conseguiram vencê-lo, pondo fim à horda patriarcal. Unidos em torno do mesmo objetivo, acumularam uma potência, que sozinhos não podiam alcançar. Mataram o pai, devorando-o em seguida a fim de que cada um deles incorporasse seu poder.

Com o pai morto, os homens acreditaram que estavam livres da castração. Porém, um grande problema se criou: como poderiam se proteger de uma futura traição? Um deles poderia querer fazer como o pai, ocupando o lugar que fora dele. Essa era uma ameaça latente que traria de volta a opressão, se o espaço vazio deixado pelo pai não fosse interdito.

Dessa forma, foi preciso que todos renunciassem à herança paterna. Fizeram esse sacrifício em nome da organização e sobrevivência do grupo. Entre a liberdade e a vida, ficaram com a vida.

Após terem se livrado do pai, mitigando o ódio e identificando-se com ele, o amor recalçado foi intensamente sentido sob a forma de remorso, tornando o pai ainda mais forte do que fora em vida.

Para se livrarem do sentimento de culpa pelo parricídio, os filhos passaram a reverenciá-lo, através de um símbolo – totem⁴ – que se tornou sagrado. Preservavam a imagem do pai em troca de sua proteção, mantendo desta forma uma dívida simbólica. Selou-se um compromisso:

“(…) um pacto com o pai, no qual este prometia-lhes tudo o que uma imaginação infantil pode esperar de um pai – proteção, cuidado e indulgência – enquanto que, por seu lado, comprometiam-se a respeitar-lhe a vida, isto é, não repetir o ato que causara a destruição do pai real” (Freud, 1996[1913], p.148).

⁴ Freud foi buscar na história do parricídio a origem da simbologia do totem, revelando a sua equivalência com o pai real/mítico. Cf. Freud, 1996[1913], p.136).

A abdicação do gozo sexual pelos filhos reforçou os laços fraternos entre eles, ao mesmo tempo em que passou a regular as relações entre homens e mulheres. A interdição à anarquia sexual foi instituída apesar da ausência do pai, pois o que este proibia em vida pela sua presença ameaçadora se mantinha por uma obediência retrospectiva, alimentada por sentimentos de culpa e remorso. Desse modo, o pai assassinado foi velado como representante da Lei, que opera a castração.

Para que um pai real, definido por Lacan (1956-57) como inacessível na medida em que é impossível representá-lo sem que fantasias estejam presentes, assuma sua representação simbólica é preciso que:

“saiba dar provas, num dado momento, de que é suscetível, precisamente, de atualizar a incidência fálica, como o único agente regulador da economia do desejo e de sua circulação como referência à mãe e ao filho” (Dor, 1997[1991], p.18).

Eis o paradoxo, apresentado pelo autor (*Ibid.*) apoiado na teoria lacaniana, já que o falo é um objeto imaginário que tem existência real:

- 1) O pai tem que provar que possui aquilo de que todo homem é desprovido;
- 2) O pai jamais pode dar outra prova, exceto a de dar aquilo de que é desprovido.

A partir dessa proposição, conclui-se que o pai representa a Lei a partir de sua submissão a ela. Para que a função paterna opere, é necessário que a mãe a introduza. Espera-se que ela reconheça a Lei paterna como mediadora de seu desejo. Portanto, se por acaso ela deixar uma interrogação sobre seu desejo pelo pai, isto é, se ela vacilar em indicar para o filho que lhe falta algo que o pai possui, uma outra dinâmica, que não a neurótica, se constituirá.

Abordarei a constituição perversa, que é a que me interessa na dissertação. Ela foi caracterizada por Dor (1991[1989]), pelo seu ponto de ancoragem: de um lado, a “cumplicidade libidinal da mãe”, e de outro, a “complacência silencioso pai” (*Ibid.*, p.62).

Essa cumplicidade entre mãe e filho, à qual o autor se referiu, ultrapassa os limites de erotização própria aos investimentos libidinais que marcam o corpo de um bebê. Trata-se mais exatamente de uma “*verdadeira* sedução”, termo utilizado por Dor (1997[1991], p.51) para sublinhar ser esta de ordem real e não imaginária, com toda carga de violência traumática que acompanha esse significante. Esta

dinâmica incestuosa pode ser exemplificada através da reprodução de um recorte de caso clínico apresentado por Helsing:er:

Fernando relata que a mãe não o largava, não parava de elogiá-lo e fazer “carícias” e tenta consertar seu ato falho (que nada teve de tão falho) com a palavra carinho. Sua mãe dizia que era o homenzinho mais lindo, mais gostoso, mais fofo, “uma beleza de boneco”. Suas irmãs também o manipulavam trocando de novo carícias-carinho seja nos banhos, nas trocas de roupa para passear e dormir; para brincar, pegavam freqüentemente no seu “pinto”. Não só mexiam amiúde, mas também o beijavam, colocavam fitinhas, se esfregavam nele desde cedo. Segundo esta constelação por parte das mulheres na família, Fernando era adorado, seduzido, sedutor, erotizado concretamente numa precocidade além das erotizações estruturantes dos cuidados maternos presentes em todas as subjetividades. Segundo Fernando, com ele era um *excesso* desde cedo. Além da mãe, irmãs, tinham as primas; Fernando acrescenta:

- Eu nasci numa orgia, fui um bebê pornográfico (Helsing:er, 1996b, p.967).

Na perversão, a ambigüidade da mãe quanto ao desejo do pai é claramente percebida pelo filho, o que o leva a testar, cada vez com maior intensidade, o desejo da mãe por ele (Dor, 1997[1991]). Daí a atitude do perverso de desafiar a Lei, como o autor justifica nessa passagem:

“É aqui, no próprio campo da rivalidade fálica, que sua tentação de tornar derrisória a instância paterna encontra sua origem e sua expressão característica através do desafio” (*Ibid.*, p.52).

Embora alguns autores se pautem no movimento pulsional perverso de transgressão, ultraje e desafio das leis e instituições para justificarem que não houve inscrição da castração, acredito que uma afirmação taxativa dessa ordem é equivocada. Pois, se não houvesse uma inscrição da Lei ainda que falha, por que haveria a necessidade do perverso de recusá-la e mais, de fazer o neurótico, ele próprio, transgredi-la?! É certo que a Lei é ultrajada e subvertida na perversão, porém este é mais um indício da existência de um conflito psíquico.

3.2 Desejo, angústia e gozo na perversão

3.2.1. Kant com Sade

Conforme descrevi na seção anterior, Lacan avançou muito em questões sequer tocadas por Freud em relação à perversão, tendo introduzido novos elementos à psicanálise que permitiram elaborações inéditas.

Em seu célebre artigo, *Kant com Sade* (1963), Lacan ressaltou pontos muito interessantes para este estudo. Cito alguns deles: a Lei que vigora na perversão é a Lei do gozo, ditada por um Deus maléfico; e mais, o sádico não busca satisfazer a si mesmo, serve porém de instrumento de gozo do Outro, a quem é alienado e sujeitado. Daí a afirmação do autor (1998[1963]) de que o perverso é escravo do Outro.

Ora, tomamos o bem como objeto da lei moral porque aprendemos com a experiência, ouvimos “dentro de nós ordens cujo imperativo se apresenta como categórico, ou seja, incondicional” (*Ibid.*, p.777).

Segundo Lacan (*Ibid.*), Sade provou que a filosofia Kantiana se prestava a uma subversão, pois se a obediência à lei dependesse única e exclusivamente de um dever de cumpri-la, descartar-se-ia o livre-arbítrio, o juízo de valores e qualquer outra atribuição subjetiva que permitisse escolher como agir. Haveria, neste caso, um sujeito apático, e por essa razão, alienado. Esse argumentou serviu a Baas (2001) para justificar que o perverso, ao contrário do que querem afirmar alguns, não seria livre e portanto, não estaria em busca exclusivamente do prazer.

Sobre a liberdade, gostaria de fazer um pequeno comentário sobre a forma como Kant a abordava. Segundo o filósofo, ela é a condição da lei moral e também a qualidade humana que corresponde à vontade.

Baas (2001) chama a atenção para o fato de Sade ter se apropriado do termo *apatia* empregado por Kant, fato que aumenta a semelhança entre a produção teórica de ambos. A apatia, segundo Baas, se opõe à sensibilidade. Neste sentido, o sádico é um apático, pois comete um ato perverso não em prol de um mero contentamento, mas em obediência a uma Lei maligna: “Não é, portanto, para seu próprio prazer sensível que age o libertino, mas para o gozo da natureza” (Baas, 2001, p.21).

Dessa forma, é incorreto afirmar que a Lei é descartada e desconsiderada na perversão. Fico com a idéia de Lacan de que “A apologia ao crime impele-o apenas ao reconhecimento indireto da Lei. O Ser Supremo é restaurado no Malefício” (Lacan,1998[1963], p.802).

Quando se exclui qualquer sentimento da Lei, “o sujeito escapa a toda lógica do interesse sensível” (Baas, 2001, p.20), podendo fazer de si o legislador. Dentro desta filosofia, pouco importa o conteúdo das leis. Desde que haja uma norma, a ela se deve obediência plena. Eis aí o ponto crucial que engendra a transgressão; Sade faz da lei moral uma lei sádica, e neste contexto, a sensibilidade fica de fora. Poder-se-ia considerar desta forma que a moralidade fica também de fora.

Apesar da possibilidade de se radicalizar a filosofia kantiana, subvertendo-a, dessa forma se alcança um sentido que Kant consideraria equivocado. Pois, para ele, toda ação realizada por obrigação em relação ao imperativo categórico é uma ação moral. Tem-se, em sua opinião, o dever de cumprir a lei moral, ainda que o destino seja a força. Todavia, o modelo de sujeito sobre o qual Kant constrói sua tese é neurótico, mais precisamente um *burguês ideal*, ao qual Lacan (1998 [1963]) aludiu.

Assim, aprendi com Lacan que a experiência moral Kantiana ignora a divisão do sujeito. Por isso neste aspecto, Sade é mais verdadeiro, pois manifesta não apenas que a divisão subjetiva existe, como que ela é transferida para o outro. Para se livrar da divisão, o sujeito sádico “se reduz ao agente apático da lei” (Baas, 2001, p.28).

“Nesse aspecto, a máxima sadiana é, por se pronunciar pela boca do Outro, mais honesta do que o recurso à voz interior, já que desmascara a fenda, comumente escamoteada, do sujeito” (Lacan, 1998[1963], p.782).

Lacan tomou o modelo kantiano para descrever o funcionamento de um sujeito perverso, cujo imperativo categórico dita a Lei do gozo, criada por um Deus obscuro, “Ser-supremo-em-maldade”, ao qual aludiu Sade em suas fábulas (*Ibid.*, p.784). Nesta passagem, a aproximação entre ambas as concepções é justificada por Lacan:

“Mostrei-lhe como o tu deves de Kant é substituído facilmente pela fantasia sadiana de gozo erigido em imperativo – pura fantasia, é claro, e quase derrisória,

mas que não exclui em nada a possibilidade de sua ereção em lei universal” (*Id.*, 1995[1959-60], p.378-379).

Lacan acreditava que a estrutura do desejo perverso, lida como *vontade de gozo*, poderia se exprimir de forma análoga ao imperativo categórico de Kant, através daquilo que o psicanalista nomeou de máxima universal sadiana da ação, que não está escrita desta forma na *Filosofia na alcova* (1795), mas que foi assim fraseada por Lacan:

“Tenho o direito de gozar de teu corpo, pode dizer-me qualquer um, e exercerei esse direito, sem que nenhum limite me detenha no capricho das extorsões que me dê gosto de nele saciar” (Lacan, 1998[1963], p.780).

De fato, Baas (2001) mostra que Kant se referiu a um agir conforme a vontade moral, internalizada e resumida pela prescrição “tu deves, incondicional”. Acontece que, para Lacan, este imperativo tem um correlato sadiano, conforme explica neste trecho:

“Se é eliminado da moral todo elemento de sentimento, se nô-lo retiram, se se invalida todo guia que exista em nosso sentimento, de modo extremo o mundo sadiano é concebível – mesmo que ele seja seu avesso e sua caricatura – como uma das efetivações possíveis do mundo governado por uma ética radical, pela ética Kantiana tal qual como ela se inscreve em 1788” (*Id.*, 1995[1959-60], p.101).

3.2.2 Fetichismo negro

Lacan (1995[1964], p.175) contrapõe fantasia e perversão, pois enquanto na primeira o sujeito se sustenta como “desejante”, na segunda se coloca como “objeto de uma vontade outra”, e dessa forma se dessubjetiva, assumindo assim a posição de objeto a (*Id.*, 1995[1962-63]). Assim, tanto o sádico como o masoquista se oferecem como instrumento de gozo do Outro, seu “servo do prazer” (*Id.*, 1998[1963], p.784). Encontram-se portanto alienados a essa figura imaginária, assujeitados a seu poder e obedientes às suas ordens.

Para cumprirem seu dever, precisam da ajuda de um outro, a quem submetem à angústia, visando acentuar sua divisão subjetiva. Trata-se portanto de

uma espécie de formação defensiva projetiva, pois para se livrarem da angústia de castração, transferem-na toda ao outro.

Dessa maneira, na montagem perversa constitui-se uma triangulação, cujos vértices são o perverso, o grande Outro e o outro. Desse modo, cabe abrir um parênteses e fazer uma pequena digressão sobre o equívoco de se acreditar que para o perverso o outro não existe. Nesta via, Miller chama atenção para a importância que o exibicionista atribui àquele para quem se oferece:

Só lhes mostrarei que o Outro é necessário na perversão. Pensem no exibicionista Para o exibicionista, o público, a audiência, são essenciais... Exibir os próprios genitais no espelho não interessa. É verdade, o neurótico obsessivo, eventualmente, abre a porta para mostrar seus genitais ao pai morto... Mas isso é abrir a porta para ninguém, porque o pai morto não se materializa como em Hamlet (...). Mas o exibicionista precisa do Outro. É interessante mostrar os próprios genitais a uma mulher é tratar de produzir vergonha no Outro, a vergonha por não ser igual. É assim que o exibicionista trata de fazer existir a mulher, podemos dizer que a mulher só existe para o exibicionista” (Miller, 2001, p.35).

O exibicionista usa seu despudor para violar o pudor do outro (Lacan, 1998[1963]). Portanto, chega-se a conclusão de que o outro é fundamental para a manobra perversa ser eficaz na defesa contra a angústia de castração.

Ora, o perverso evita sua divisão ao cristalizar-se na rigidez do objeto (*Ibid.*). Desse modo, transfere sua dor de existir, “mas sem ver que, através disso, ele mesmo se transmuda num ‘objeto eterno’” (*Ibid.*, p.789). Sobre esta afirmação, Zalcberg fez o seguinte comentário:

“Lacan, havia em Kant com Sade (1962), formalizado a fantasia do herói sádico e sua relação com sua vítima (...). Ele se faz, com efeito, o instrumento de gozo absoluto: deste lugar, dirige-se à sua vítima à qual é relegado todo o peso da divisão da subjetividade” (Zalcberg, 1995, p.183).

Apesar da semelhança apontada entre a posição que sádico e masoquista se colocam, há duas distinções a fazer. Em primeiro lugar, enquanto o segundo exhibe-se abertamente como objeto, o primeiro desconhece estar nesta posição. De fato, o sádico ignora que trabalha para um Deus obscuro, não castrado, como seu “fetiche negro” (Lacan, 1995[1962-63], p.112):

“É isso que advém do executor na experiência sádica, quando sua presença se resume, em última instância, a não ser mais do que seu instrumento” (*Id.*, 1998[1963], p.784).

Em segundo lugar, há uma outra diferença a assinalar: no sadismo, o objetivo de suscitar a angústia no outro é bem mais explícito do que no masoquismo:

“Para o sádico, a angústia é menos escondida. Tão pouco escondida que vem antecipadamente no fantasma, o qual, se o analisamos, faz da angústia da vítima uma condição absolutamente exigida” (*Id.*, 1995[1962-63], p.202).

Segundo Lacan, o enigmático desejo sádico é apreensível apenas por seu efeito, ou seja, pela submissão da vítima a um limite intolerável, cujo resultado é a produção de angústia do outro: “sua existência essencial como sujeito em relação a essa angústia, eis aí o que o desejo sádico pensa fazer vibrar” (*Ibid.*, p.112-113). Assim, ainda que o meio necessário para alcançar a finalidade de fazer surgir a divisão do sujeito no outro seja a dor ou o sofrimento, este não é seu objetivo final (*Ibid.*).

Da mesma forma, o masoquista também busca angustiar o outro, embora de maneira menos evidente e clara, já que é ele quem apanha, é vilipendiado e penalizado.

“(…) o masoquista aparece nessa função que chamarei a do dejetado, disso que é esse objeto, o nosso, o *a* do qual falamos, na aparência do dejetado, do jogado aos cães, à imundície, na lixeira” (*Ibid.*, p. 114).

Entretanto, não se pode esquecer que, desta maneira, provoca o constrangimento de seu algoz. Ora, a passividade esconde uma atividade que está mascarada. Daí a célebre afirmação de que o masoquista educa o carrasco (Deleuze, 1967).

Para uma melhor compreensão da dinâmica masoquista basta recorrer à literatura libertina de autoria de Masoch (Masoch, 1870 *apud* Deleuze, 1967), que inspirou o quadro assim nomeado na nosografia psiquiátrica. Nesta manobra perversa, o domínio se mantém nas mãos do masoquista, fato que se comprova pela necessidade de um contrato, no estilo jurídico, que regule a prática cruel e sádica contra o masoquista. No instrumento em questão, são descritos, um a um, os infortúnios pelos quais passará por um determinado período. Para citar um exemplo, no contrato entre Sacher-Masoch e Mme. Pistor (Deleuze, 1967), o primeiro se compromete a ser seu escravo por seis meses, que podem ser interrompidos conforme o “capricho da soberana” (*Ibid.*, p.255, tradução minha como todas as demais desse autor). Depois de finalizado esse período, o contrato

será considerado por ambos como tendo sido inexistente e a ele não se fará nenhuma menção. Então, tudo voltará a ser como antes. Desse entendimento decorre a afirmação de que “não há masoquismo sem contrato” (*Ibid.*, p.67), portanto esta peça é fundamental na montagem perversa masoquista.

“O contrato masoquista não exprime somente a necessidade do consentimento da vítima, mas o dom de persuasão, o esforço pedagógico e jurídico pelo qual a vítima ensina seu algoz” (*Ibid.*, p.67).